

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021

(Do Srs. Deputados Alexandre Padilha, Jorge Solla, Rejane Dias, Benedita da Silva, Arlindo Chinaglia, Henrique Fontana, Padre João, Valmir Assunção)

Solicita que seja convocado o Senhor João Roma, Ministro de Estado da Cidadania, a fim de prestar informações sobre o orçamento disponibilizado para o auxílio emergencial e acesso ao benefício; acesso ao Bolsa Família e a política de assistência social sob sua responsabilidade.

Requeiro nos termos do artigo 50, caput, e 58 § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso IV do art. 24 e as alíneas “a” e “c” do inciso XVII, do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **seja convocado o Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Programa Bolsa Família e a Política de Assistência Social, à luz dos impactos decorrentes da Emenda Constitucional 109, recém promulgada (conhecida “PEC Emergencial”)** que, entre outras coisas, afeta a viabilidade de políticas sociais amparadas por fundos públicos.

Também nessa oportunidade, o senhor Ministro poderá apresentar o planejamento das ações de assistência social subordinadas à sua Pasta, para que possa subsidiar as ações de fiscalização e acompanhamento da agenda governamental por parte do Poder Legislativo.

Por fim, considerando também o limite de gasto fixada na EC 109 de R\$ 44 bilhões de reais para a viabilização do pagamento do auxílio emergencial, o Ministro terá a oportunidade de expor como se dará o acesso a essa renda responsável pela subsistência da parcela da população, além de apresentar a comparação entre o planejamento para o auxílio emergencial de 2021 em relação ao público assistido por esse benefício no ano de 2020, o período e os valores pagos em tal finalidade.

JUSTIFICATIVA



A pandemia de coronavírus atinge seu pior cenário no primeiro trimestre de 2021, com média de óbitos diários de quase 2 mil mortes diárias.

O dramático cenário de crise sanitária que o país enfrenta exige medidas restritivas urgentes por parte dos entes federativos, a fim de minimizar a disseminação do vírus, uma vez que o país não dispõe de vacinas suficientes para a vacinação em massa da população.

No entanto, a população, totalmente desassistida pelo estado, se coloca em risco em meio à pandemia a fim de garantir meios de sobreviver, uma vez que o governo federal não prorrogou o auxílio emergencial e, desde janeiro, a população mais vulnerável encontra-se sem o auxílio.

No último dia 15 de março, foi promulgada a Emenda Constitucional 109, que conferiu novas regras ao regime fiscal, inclusive aprofundado aquele instituído pela Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos), implicando em prejuízo para políticas viabilizadas a partir dos fundos públicos, muitos deles da área de competência desta Comissão.

As mudanças recentes, somadas à crise financeira que é evidente e longe de seu término, coloca em risco toda a rede de proteção social, ainda mais porque limitado o crescimento das despesas primárias federais ao reajuste da inflação por 20 anos e, portanto, fechado o cofre para suporte às demandas da população mais vulnerável.

Os efeitos recentes da pandemia mobilizaram o Congresso Nacional e o Poder Executivo a adotar o auxílio emergencial, em 2020, para a parcela da população sem trabalho formal, com baixa renda inscritos no CadÚnico, microempreendedores paralisados em suas atividades e geração de renda por causa da pandemia, pescadores artesanais, famílias da agricultura familiar, profissionais da cultura etc.

Infelizmente, a vontade do governo foi descontinuar a fonte de sustentação de milhões de pessoas no país (**67 milhões de beneficiários**). Neste ano, um novo valor para financiamento do auxílio emergencial foi incluído na PEC 186/2019, agora promulgada EC 109, totalizando R\$ 44 bi. Esse montante representa seis vezes menos do que o orçamento do auxílio emergencial pago ao longo de 2020 (R\$ 293.981.704.609,00, fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios> ).

Na oportunidade da oitiva do sr. Ministro da Cidadania, será imprescindível saber o que motivou o governo a reduzir tão drasticamente o orçamento para esse benefício que poderá salvar da fome milhões de famílias e também qual a modelagem que vão implementar neste ano de 2021 para o auxílio emergencial, bem como critérios de acesso.

Além disso, diante de tamanha restrição orçamentária, o Ministro também precisa esclarecer a esta Comissão como será garantido o acesso das famílias mais vulneráveis ao Bolsa Família, considerando que a fila de espera pelo benefício **Bolsa Família** possui mais de 2,1 milhões de famílias, sendo esse número o resultado do aumento de **desemprego** e o **fim do auxílio emergencial** em dezembro do ano passado<sup>1</sup>. Pelo mesmo motivo, se faz necessária a explicação sobre como se dará o funcionamento das políticas sociais sob responsabilidade desta Pasta para o ano de 2021.

Esta CSSF tem como competência a análise das políticas da Seguridade Social. Portanto, em momento de tamanha aflição para o Brasil, esta Casa precisa garantir a continuidade do sistema de proteção social vigente, uma vez que o Poder Executivo não se desincumbiu da demonstração do respeito e permanência das políticas de garantia da vida digna da população, especialmente nos momentos de vulnerabilidade econômica e social. Preocupa ainda mais o impacto que a postura governamental tem adotado em relação ao desenho orçamentário e na prevalência do discurso fiscal sobre a sobrevivência das pessoas e das políticas públicas que permitem a saída da crise e da condição de vulnerabilidade. **Urge a adoção de medidas firmes para proceder a convocação do Ministro ad Cidadania a fim de que tenha a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos sobre os temas de sua Pasta, com ênfase àqueles aqui mencionados.**

Sala das Comissões, em 16 de março de 2021.

Dep. Alexandre Padilha  
(PT-SP)

Dep. Jorge Solla,  
(PT-BA)

Dep. Rejane Dias  
(PT-PI)

Benedita da Silva  
(PT-RJ)

Dep. Arlindo Chinaglia  
(PT-SP)  
MG)

Dep. Henrique Fontana  
(PT-PA)

Dep. Padre João  
(PT\_RS)

Dep. Valmir Assunção  
(PT-

1 <https://fdr.com.br/2021/03/16/fila-do-bolsa-familia-tem-21-milhoes-esperando-por-ajuda-na-crise/>

